

A auditoria interna, a auditoria financeira e operacional pública

- CÉZAR VOLNEI MAUSS
 - NOVEMBRO DE 2025
 - ACOPESP
 - SERRA NEGRA - SP
- Fone: 54-99986-2679

- Prof. Mestre Cézar Volnei Mauss

- Empresário, sócio da MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO (pública e privada)*
- Proprietário de escritório contábil*
- Contador público desde 2000*
- Servidor público desde 1996*
- Professor dos cursos de administração e contábeis da FAT*
- *De diversas pós graduação: FADERGS, UNIFRA, FAE, FAT, URI, IPOG, dentre outras;*
- Especialista em Gestão e Controle da Administração Pública*
- Mestre em Contabilidade e Controladoria*
- Conselheiro do CRC/RS*
- Integrante da comissão de estudos do CRC*

www.maussconsultoria.com.br



Cézar Volnei Mauss

Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais

Instrumento de Suporte à Gestão Pública

atlas

Khaled Elleithy
Editor

Innovations and Advanced Techniques in Systems, Computing Sciences and Software Engineering

Springer

Editora Novas Edições Acadêmicas - MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA

GESTÃO DE CUSTOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO

setor



978-3-330-77405-7

Cézar Volnei Mauss
Marcos Antônio de Souza

GESTÃO DE CUSTOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Inclui 12 Casos de Aplicação Prática de Mensuração de Custos e Resultados em Entidades Públicas



JURUA
EDITORA

2ª Edição – Revista e Atualizada

A gestão de custos e resultado público

O planejamento é o fator para o sucesso de qualquer gestão. E para o planejamento eficiente há que os resultados gerenciais fornecem informações de interações de custos para sua performance de eficiência econômica. Portanto, para melhor planejar e tomar decisões deve o gestor verificar qual os custos e o resultado econômico dos produtos/bens que produz. Desta forma, para possibilitar uma melhor análise dos resultados da administração, necessário se faz que a organização pública disponha de um sistema de custos que possa gerenciar os custos e resultados da atuação social e assim dar suporte ao gerente de custos, proporcionando a mensuração do desempenho das gestões de cada área de responsabilidade. Neste sentido, esta obra apresenta uma visão de estudos de sistema de custos público, e como essa informação pode ser trabalhada no planejamento.


Cézar Volnei Mauss, Especialista em Gestão e Controle da Administração Pública. Mestre em Contabilidade e Administração, pela Universidade Federal de São Paulo, e pós-graduação em Gestão de Organizações, pela Universidade de São Paulo. Consultor contábil e de gestão em empresas privadas e órgãos públicos, desde 2005. Autor de 4 livros. É de capa de livros publicados na Holanda e Espanha.



Cézar Volnei Mauss

A gestão de custos e resultado público

Sua integração com um sistema de planejamento parametrizado

OmniScriptum GmbH & Co. KG
Bahnhofstrasse 28, 66111
Saarbrücken, Alemanha

Novas Edições
Acadêmicas

CONSELHO REGIONAL
DE CONTABILIDADE DO
RIO GRANDE DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO E A LEI COMPLEMENTAR Nº 123-2006

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTO

TEORIA E PRÁTICA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas Aplicadas às Demonstrações Contábeis Públícas



CONSELHO REGIONAL
DE CONTABILIDADE DO
RIO GRANDE DO SUL

A ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS MUNICIPAIS SEGUNDO A NORMA CONTÁBIL



CONSELHO REGIONAL
DE CONTABILIDADE DO
RIO GRANDE DO SUL

NBCASP

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor
Público sob a ótica das IPSAS: um estudo comparativo



Livros disponíveis para Download Gratuito
no site do CRC/RS:

www.crcrs.org.br – link livros

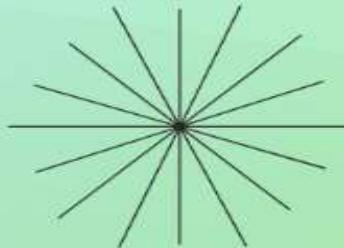


Mauss
Consultoria em Gestão

Sua confiança, nossa responsabilidade!

20 anos de
Mauss Consultoria

Durante 20 anos, a sua
confiança é nossa
responsabilidade.



CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

✓ Órgão de Controle Interno:

- unidade organizacional formal, com competência para normatizar, orientar e exercer fiscalização, em especial quanto ao previsto no artigo 70 da Constituição Federal;
- elo que integra os controles internos de todas as áreas, dando forma ao sistema de controle interno.

✓ Auditoria:

- Técnica utilizada pelos agentes de controle interno para avaliar a adequação, eficiência e eficácia dos dispositivos de controle, bem como exercer a fiscalização prevista no art. 70 da CF.

O controle é tido
como algo que
incomoda.



O controle DOMÉSTICO...



CHEGAR TARDE



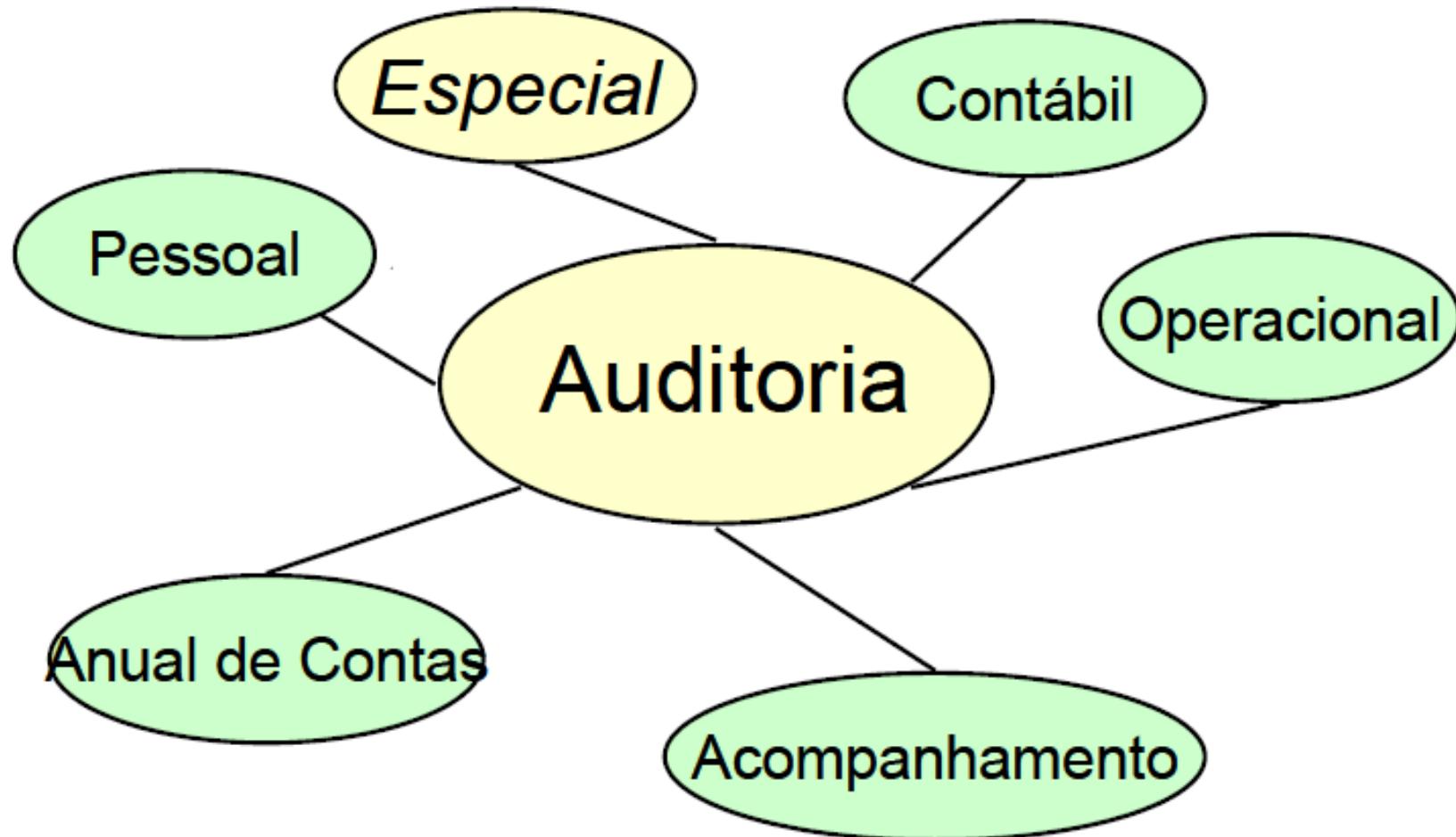
CHEGAR BEBADO



MANCHAS DE BATON



Tipos de Auditoria



As auditorias financeiras ou de demonstrações contábeis são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações financeiras apresentadas pela parte responsável.

As auditorias operacionais ou de desempenho são, normalmente, trabalhos de relatório direto.

As auditorias de conformidade ou de compliance podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.



O auditor é um homem de idade
mais do que madura, calmo, frio,
passivo, com olhos de bacalhau.
Um homem sem paixão, sem
vísceras e sem senso de humor.
Uma petrificação humana com o
coração de feldspato.
Afortunadamente, esses seres
nunca se reproduzem e quando,
finalmente morrem, acabam no
inferno.

Elbert Hubbard

Segundo o Manual AOP 2024, TCE/SC:

Tem como objetivo principal:

- **orientar** e estabelecer um padrão mínimo de qualidade dos trabalhos;
- **oferecer** um modelo para a execução das atividades;
- **servir** de referencial de atuação para as equipes de auditoria; e
- **contribuir** para a melhoria dos processos e resultados do Tribunal de Contas

Base conceitual do AOP:

Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional e nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

a **ISSAI 300** – princípios fundamentais de auditoria operacional;

- a **ISSAI 3000** – norma internacional oficial para auditoria operacional;
- a **ISSAI 3100** – diretrizes relacionadas aos conceitos de auditoria operacional; e
- a **ISSAI 3200** – diretrizes relacionadas ao processo de auditoria operacional.

A **materialidade** é um importante referencial para diferentes aspectos da auditoria operacional, tais como:

- **a definição** do objetivo e dos critérios de auditoria;
- **a avaliação** das evidências de auditoria;
- **a extensão** da documentação; e
- **o gerenciamento** dos riscos de produzir achados ou relatórios de auditoria inadequados ou de baixo impacto.

Documentação: o auditor deve documentar a auditoria de maneira suficientemente completa e detalhada (ISSAI 3000/86).

A documentação de auditoria engloba:

- **o registro** dos procedimentos realizados;
- **as evidências** de auditoria relevantes obtidas; e
- **as conclusões** a que o auditor chegou

A **auditoria operacional** analisa se empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou **organizações do governo estão funcionando de acordo** com os princípios de **economicidade, eficiência e efetividade** e se há espaço para aperfeiçoamento (ISSAI 300/9, NBASP 3000/17).

Além da economicidade, eficiência e efetividade, outras dimensões, como a equidade e a legalidade, poderão ser explicitadas em razão de sua relevância para a delimitação do escopo da auditoria operacional.

As dimensões podem ser utilizadas isoladamente, no entanto, não é aconselhável, pois podem promover resultados não efetivos. O ideal é usá-las em conjunto, conectadas (ISSAI 3000/47).

Em uma auditoria operacional, um ou mais comandos de análise podem ser utilizados. A **avaliação de aspectos operacionais de desempenho da gestão e de resultados de políticas públicas** também podem ser verificadas.

O QUÊ?	Que tema será examinado? Qual o tipo de estudo/abordagem mais apropriado?
QUEM?	Quem são os órgãos/entidades auditados?
ONDE?	Que locais serão cobertos pela auditoria? Qual será a amostra definida?
QUANDO?	Qual é o período coberto pela auditoria?

Evidência de auditoria

Métodos de coleta de dados

Evidência testemunhal

- Entrevistas
- Questionários
- Pesquisas
- Grupos focais
- Grupos de referência

Evidência documental

- Revisão e/ou cópia de documentos (ofícios, memorandos, contratos, relatórios, extratos)
- Revisão de arquivos
- Uso de estatísticas existentes, com disponibilização/elaboração de planilhas e relatórios
- Uso de bases de dados existentes, com disponibilização/elaboração de planilhas e relatórios

Evidência física

- Observação de pessoas, equipamentos, locais, serviços, veículos, com registro por meio de fotos, vídeos etc.
- Inspeção de objetos ou processos

Evidência analítica

- Métodos de coleta de dados quantitativos para análises, comparações e interpretações, como análise de percentuais, padrões e tendências, DEA, regressão, entre outros, via processamento por computador.

Fonte: ISSAI 3200/49.

2	RELATÓRIO DE AUDITORIA DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE [REDACTED] DO EXERCÍCIO DE 2022.....	12
2.1	OPINIÃO DE AUDITORIA SOBRE O BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE [REDACTED] O EXERCÍCIO DE 2022.....	12
2.2	BASE PARA OPINIÃO.....	13
2.3	RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	15
2.4	RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA PELA AUDITORIA DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE [REDACTED]	16
2.5	PARÁGRAFO DE ÊNFASE.....	17

3 FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA DETALHADA.....	17
3.1 DISTORÇÕES DE VALOR.....	19
<i>3.1.1 Superavaliação do Ativo Circulante no montante de R\$ 1.490.471,10 em decorrência de valores não regularizados em contas contábeis.....</i>	<i>19</i>
<i>3.1.2 Superavaliação em contas orçamentárias e de controle no valor total de R\$ 721.663,54 em razão de falhas na contabilização dos Restos a Pagar.....</i>	<i>21</i>
<i>3.1.3 Superavaliação do Ativo Não Circulante no montante de R\$ 120.188.436,65 em razão dos bens móveis e imóveis contabilizados ao final do exercício de 2022 por montante superior ao apontado nos relatórios de suporte.....</i>	<i>25</i>
<i>3.1.4 Superavaliação da conta de controle 79121 Adiantamentos/Suprimentos de Fundos Concedidos no valor de R\$ 1.512.370,72 em razão da ausência de baixa pela prestação de contas.....</i>	<i>29</i>
<i>3.1.5 Ausência de revisão do saldo de ajustes de perdas de dívida ativa tributária e não tributária (contas 121119904, 121119905 e 121129904).....</i>	<i>31</i>
<i>3.1.6 Subavaliação de R\$ 79.728.943,95 de Passivo Não Circulante por provisões matemáticas previdenciárias não reconhecidas.....</i>	<i>33</i>
<i>3.1.7 Subavaliação consolidada nas disponibilidades por divergências entre os saldos contábeis e os extratos bancários de contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa no montante de R\$ 439.672,69.....</i>	<i>35</i>
<i>3.1.8 Superavaliação de R\$ 7.045.873,86 no Ativo Circulante, conta 111110100, com subavaliação da despesa, conta 365110300, e consequente superavaliação do resultado do exercício.....</i>	<i>36</i>
3.2 DISTORÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO.....	38

3.2.1	<i>Contabilização indevida, entre contas do Ativo Circulante, em razão de outros adiantamentos registrados dentro da conta de Suprimento de Fundos no valor de R\$ 2.364.744,30.....</i>	38
3.2.2	<i>Contabilização indevida da baixa de adiantamentos de salários e 13º referentes a exercícios anteriores em conta de resultado do exercício no valor de R\$ 41.298.281,28.....</i>	39
3.2.3	<i>Ausência de reclassificação para as contas de Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores de R\$ 205.255,60 de saldo inicial devedor registrados nas contas de Superávits ou Déficits do Exercício, composto por R\$ 9.632.522,23 de saldo devedor consolidado e R\$ 9.427.266,63 de saldo credor intra OFSS.....</i>	42
3.2.4	<i>Créditos de dívida ativa, no montante de R\$ 69.931.815,14, classificados incorretamente quanto ao tipo tributário e não tributário.....</i>	45
3.2.5	<i>Ausência de reclassificação do montante de R\$ 103.717.587,09 registrados na conta 231110000 Patrimônio Social - Consolidação desde o final do exercício de 2015.....</i>	48
3.2.6	<i>Utilização incorreta do 5º nível do código da conta contábil nos lançamentos referentes a Empréstimos e Financiamentos no valor de R\$ 47.994.173,07.....</i>	51
3.2.7	<i>Aplicações financeiras equivocadamente classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa sem atendimento ao critério normativo no montante de R\$ 86.566.122,77.....</i>	55
3.2.8	<i>Fontes de recursos com saldo negativo (invertido) no Ativo Circulante (F) do município no montante de R\$ 15.507.291,49.....</i>	56
3.2.9	<i>Ausência de segregação das despesas com salários e 13º entre Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime Geral de Previdência Social (RGPS).....</i>	59
3.3	DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS.....	61

3.3 DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS.....	61
<i>3.3.1 Deficiências no controle dos bens móveis e imóveis registrados na Prefeitura Municipal.....</i>	<i>61</i>
<i>3.3.2 Falhas no registro da depreciação e da reavaliação dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal em 2022.....</i>	<i>65</i>
<i>3.3.3 Existência de saldos iniciais credores em algumas contas correntes da conta contábil 113110200 Suprimento de Fundos no valor de R\$ 491.675,80.....</i>	<i>69</i>
<i>3.3.4 Deficiências no controle da Dívida Ativa do Município de [REDACTED]</i>	<i>71</i>
<i>3.3.5 Deficiências no controle dos empréstimos e financiamentos registrados na Prefeitura Municipal.....</i>	<i>77</i>
<i>3.3.6 Deficiências no controle das ações judiciais movidas contra as UGs do Município de [REDACTED]</i>	<i>80</i>
<i>3.3.7 Falta de controle e tempestividade nas contabilizações bancárias.....</i>	<i>82</i>
4 CONCLUSÃO.....	84

2.4 Responsabilidades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pela auditoria do Balanço Geral do Município de ...

São objetivos do auditor obter uma **segurança limitada** de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto **estão livres de distorção relevante**, independentemente se causada por **fraude ou erro**; e expressar opinião sobre as demonstrações financeiras com base nos trabalhos de auditoria realizados.

Contudo o **auditor não é responsável pela não conformidade** ou pela sua prevenção e não se pode esperar que, em auditorias financeiras, **ele detecte todas as violações** a leis e regulamentos eventualmente praticadas.

Obter segurança não é garantia de que um trabalho conduzido de acordo com as normas de auditoria sempre detectará uma distorção relevante, quando ela existir.

As distorções podem decorrer de fraude ou erro, sendo que são **consideradas relevantes** se, individualmente ou em conjunto, pudesse ser razoavelmente esperado que elas **influenciassem as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis**.

Todos esses pontos validam que é objetivo geral do auditor obter segurança de que as **demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante**, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável (item 11(a), NBC TA 200)

Quadro 1: Distorções identificadas no Balanço Geral do Município d [] (Valores em R\$)

Achado	Tipo de distorção	Ativo	% AT	Passivo e PL	% PT	Efeito no BP
3.1.1	Valor	4.224.106,21	1,21%			Superavaliação
3.1.2	Valor	439.948,46 [1]	0,13%			Superavaliação
3.1.3	Valor	183.749.887,55	52,77%			Subavaliação
3.1.4	Valor	Não estimado	-			Ausência dos procedimentos de depreciação e reavaliação do Imobilizado
3.1.5	Valor	3.029.864,39	0,87%			Subavaliação
3.1.6	Valor			743.476,80	0,21%	Subavaliação
3.1.7	Valor			3.521.773,06 [2]	1,01%	Superavaliação
3.1.8	Valor			262.192,12	0,08%	Superavaliação
3.1.9	Valor			2.515.507,04	0,72%	Subavaliação
3.1.10	Valor	3.721.929,31	1,07%			Subavaliação da Despesa Orçamentária
3.1.11	Valor	9.933.824,25 [3]	2,85%			Superavaliação de contas de controle
3.2.1	Classificação	6.999.145,19	2,01%			Classificação incorreta como Caixa e Equivalentes de Caixa
3.2.2	Classificação	2.957.132,27	0,85%			Fontes de recursos com saldo negativo
3.2.3	Classificação	14.223.278,08 [2]	4,08%			Ausência de reclassificação de obras em andamento concluídas
3.2.4	Classificação	15.732.632,15	4,52%			Contabilização indevida de bens do Imobilizado como Propriedades para Investimento
3.2.5	Classificação			3.998.228,87 [2]	1,15%	Subavaliação do Passivo Circulante e superavaliação do Passivo Não Circulante
3.2.6	Classificação			109.332.070,78	31,40%	Ausência de reclassificação do Patrimônio Social para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
3.2.7	Classificação			47.216.654,34	13,56%	Contabilização de VPAs em contas contábeis incorretas
3.3.1	Deficiência de CI	- [4]	-			Falta de controle e tempestividade nas contabilizações bancárias
3.3.2	Deficiência de CI	- [4]	-			Deficiências no controle de estoques
3.3.3	Deficiência de CI	- [4]	-			Deficiências no controle dos bens móveis e imóveis
3.3.4	Deficiência de CI	- [4]	-			Ausência da contabilização de ajuste para perdas de créditos da Dívida Ativa
3.3.5	Deficiência de CI			- [4]	-	Deficiências no controle de salários, remunerações e benefícios a pagar de exercícios anteriores

2.1 Opinião de auditoria sobre o Balanço Geral do Município de ... do Exercício de 2022

Após análise das evidências obtidas na auditoria, conclui-se que as distorções identificadas dispostas no capítulo 3 significaram **inconsistências totais nos percentuais de 67,39% do Ativo Total e 48,13% do Passivo Total**, importando que o Balanço Geral do Município referente ao exercício de 2022 contém **distorção relevante** que altera a informação divulgada sobre a situação patrimonial, financeira e orçamentária do Ente em 31/12/2022.

Faz-se importante registrar que o alto percentual de distorção identificado no ativo do Município que afeta as informações sobre a situação patrimonial do Ente em 31/12/2022, decorreu, em sua maioria, da distorção 3.1.3, a qual identificou **subavaliação no Ativo Não Circulante** de R\$ 183.749.887,55, equivalente a 52,77% do Ativo Total.

Quanto ao aspecto financeiro, de um modo geral, as demonstrações também se apresentam distorcidas em razão **da superavaliação na conta Caixa** no valor de R\$ 4.224.106,21 (1,21% do Ativo Total), distorção 3.1.1, e **de saldos bancários classificados erroneamente** no montante de R\$ 6.999.145,19 (2,01% do Ativo Total), distorção 3.2.1.

Relativo aos aspectos orçamentários, considera-se a existência de distorção relevante em função da **ausência de reconhecimento de despesa orçamentária** no valor de R\$ 3.721.929,31, identificada na distorção 3.1.10.

O montante representa significativamente 2,41% das despesas empenhadas pelo município em 2022 (R\$ 154.341.899,38) e 28,84% do Superávit Orçamentário apurado (R\$ 12.904.127,18).

O QUE O TCE/SC ENCONTROU

- 14 Ausência do levantamento das necessidades de capacitação e formação dos gestores e profissionais da Atenção Básica e do Plano de Educação Permanente do Município
- 15 Insuficiência na oferta de cursos de capacitação para os profissionais que atuam na Atenção Básica
- 17 Deficiência na articulação entre SMSs e SES na promoção e formação dos gestores e profissionais de saúde da Atenção Básica
- 18 Ausência de Plano de Carreira, Cargos e Salários que atenda os profissionais da Atenção Básica dos Municípios
- 20 Falta de ações que promovam a alocação e permanência dos profissionais na Atenção Básica
- 24 Falta de um diagnóstico das necessidades de alocação de pessoal das UBSs, em desacordo com o previsto na PNAB, item 3.4, inciso XII
- 26 Ausência ou insuficiência de estruturas e equipes técnicas específicas das SES/SDRs/SMSs para monitoramento e avaliação (M&A) da Atenção Básica
- 29 Inexistência de indicadores de insumos e processos para realização de Monitoramento e Avaliação (M&A) da Atenção Básica, deficiência da sua utilização para o planejamento das ações de saúde e ausência de publicidade na *internet* dos instrumentos de planejamento

- 34 Insuficiência de estrutura de TI
- 42 Deficiências no processo de planejamento, o que não contribui para que seja participativo e compatível com as necessidades de saúde da população
- 45 Baixa participação dos Conselhos de Saúde nas discussões relativas ao planejamento, prejudicando o exercício do seu papel na execução das políticas de saúde
- 47 Precariedade dos instrumentos de pactuação e baixa adesão dos Estados ao Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde (COAP)
- 50 Restrição do acesso da população aos outros níveis de atenção
- 53 Deficiências na integração entre os níveis de atenção
- 57 Deficiências no repasse estadual aos municípios para o financiamento tripartite da Atenção Básica
- 58 Contribuição do Estado com o financiamento tripartite da Atenção Básica aos municípios com um percentual inferior em relação ao total de recursos estaduais destinados à saúde
- 62 Distribuição não equitativa aos municípios dos recursos federais e estaduais da saúde
- 76 Falta de atualização, pelas secretarias municipais de saúde, das informações sobre os profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Auditoria operacional na educação – época da COVID

2. RESULTADOS DA AUDITORIA.....	15
2.1 ACHADO RELATIVO À PRIMEIRA QUESTÃO	16
2.1.1 Baixo índice de retorno de alunos do Ensino Médio às atividades escolares.	16
2.2 ACHADO RELATIVO À SEGUNDA QUESTÃO	34
2.2.1 Insuficiência de oferta de educação profissional técnica de nível médio da rede estadual	35
2.3 ACHADOS RELATIVOS À TERCEIRA QUESTÃO.....	49
2.3.1 Ausência de planejamento e ações para recuperação da perda de aprendizagem	50
2.3.2 Alto índice de alunos sem equipamentos eletrônicos para acompanhar as aulas remotas.....	57

3	ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO	31
3.1	Disponibilidade de Recursos	31
3.1.1	Falta de materiais pedagógicos no atendimento educacional especializado ao aluno, na sala de recursos ou multifuncional.	33
3.1.2	Falta de equipamentos e mobiliário no atendimento educacional especializado ao aluno, na sala de recursos ou multifuncional.	40
3.1.3	Equipamentos e mobiliário existentes, porém, inadequados para utilização.....	48
3.1.4	Falta uniformização de entendimento em relação às normas e práticas sobre a política de educação especial	49
3.1.5	Conclusão sobre a disponibilidade de recursos	53
3.2	Infraestrutura e aspectos ambientais dos espaços de Atendimento Educacional Especializado	53
3.2.1	Illuminação não adequada nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	56
3.2.2	Conforto térmico e ventilação não adequados nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	62
3.2.3	Acústica não adequada nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	67
3.2.4	Conservação não adequada nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	70
3.2.5	Inexistência de acesso à internet via <i>Wi-fi</i> nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	73
3.2.6	Dimensionamento do espaço físico e acessibilidade física não adequados nos ambientes de Atendimento Educacional Especializado	75

Quanto à infraestrutura das salas de AEE, no que diz respeito a aspectos de suas condições de uso, de acordo com a percepção dos professores especializados que responderam à pesquisa, constatou-se que a **iluminação** não é considerada adequada por 18,41% deles, sendo que 7,14% responderam não haver iluminação natural no ambiente e, em 9,09% das escolas visitadas, nem todas as lâmpadas estavam funcionando. O **conforto térmico** das salas foi considerado inapropriado por 45,92% dos respondentes, 38,29% afirmaram não haver ventilação adequada nos ambientes e 49,61% disseram não haver ventilação cruzada – nas escolas visitadas, 11,11% não possuíam ventiladores ou aparelho de ar-condicionado instalados nas salas de atendimento. O **isolamento acústico** e o **condicionamento acústico** foram considerados inapropriados por 51,33% e 41,78% dos professores, respectivamente, tendo sido confirmado nas visitas pela equipe, que parte das salas de AEE estavam ao lado de pátios recreativos e/ou quadras poliesportivas, gerando excesso de ruído externo. O **dimensionamento** das salas e a **acessibilidade física** não foram considerados apropriados por 33,27% e 35,93% dos professores especializados, respectivamente. Acerca da **conservação**, 15,15% das escolas visitadas possuíam algum tipo de inadequação nos ambientes de AEE, principalmente em paredes e forros de teto. Por fim, 11,76% dos professores responderam não haver **acesso à internet via Wi-fi** dentro das salas de AEE. Ao comparar os resultados entre salas de recursos e espaços

4	IMPACTOS DECORRENTES DA FALTA DE PESSOAL	40
4.1	Ociosidade de Leitos.....	41
4.2	Internação em Pronto-Socorro	44
4.3	Serviços em Potencial Colapso.....	47
4.4	Anestesiologia Pública em Extinção.....	49
4.5	Funcionamento Precário do NIR	53
4.6	Subutilização do Sistema Effort	55
5	PRESENÇAS MÉDICAS	57
5.1	Inconformidades em Escalas	59
5.2	Coordenação Médica Incerta	60
5.3	Faltas de Médicos Contratados.....	62
5.4	Reais Prestadores.....	65
6	EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	70
6.1	Ausência de Atendimento Preferencial e Falta de Informação.....	71
6.2	Deficiências na Classificação de Risco e Protocolo Informal	73
6.3	Estruturas Inadequadas	77
6.4	Pendências Contra Incêndio	79
6.5	Ineficiência do Transporte de Ambulância Tipo UTI.....	81
6.6	Insuficiência dos Leitos de Longa Permanência	84
7	MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE	86
7.1	Obstáculos ao Paciente	86
7.2	Ausência de Ambientes Acessíveis	89
8	CONTROLE DE CONVÊNIOS.....	92
8.1	Carência de Dados sobre Custos Alocados.....	92

Acompanhamento da execução dos Programas de Governo

Apontamentos:

- ✓ Inobservância de critérios para seleção dos beneficiários.



Automóvel e
motocicleta

2. A beneficiária possui residência de bom padrão, bem mobiliada; além de possuir um veículo da marca Volkswagen e uma motocicleta.



Sorteio Público de Estados e Municípios

Apontamentos:

1. Alimentos armazenados em ambientes inapropriados, sem organização ou controle



Sorteio Público de Estados e Municípios

Apontamentos:

2. Cozinhas sem estrutura apropriada para o preparo e conservação dos alimentos. Ausência de condições adequadas de higiene



Auditoria no imobilizado

Bens Móveis:

1. = 3289 itens já baixados no sistema que não foram avaliados;
1. = 37 bens de pequeno valor, não tombáveis que não foram avaliados, mas que constam no sistema;
2. = 18 bens inservíveis, avaliados com valor simbólico R\$10,00;
3. = 813 bens não encontrados, que devem ser baixados após a devida verificação e/ou tentativa de localização por parte do setor de patrimônio;
4. = 3364 bens reavaliados pela Mauss Consultoria;
5. = 537 reavaliados pela Mauss Consultoria, sem placa de patrimônio, e que o setor de patrimônio deve colar a placa e lançar no sistema;

Bens Imóveis:

1. = 208 bens avaliados no total;
2. = Somente 45 com placa e já lançados no sistema;
3. = 30 bens que não foi possível a conciliação com o que está lançado no sistema. Devem ser verificados pelo setor no patrimônio visando identificar a sua real existência ou baixa;
4. = 169 reavaliados pela Mauss Consultoria, sem placa de patrimônio, e que devem ser lançados no sistema.

Bens veículos, máquinas rodoviárias e implementos :

1. = 61 bens avaliados no total;
2. = 57 com placa e já lançados no sistema;
3. = 45 bens que não foi possível a conciliação com o que está lançado no sistema. Devem ser verificados pelo setor no patrimônio visando identificar a sua real existência ou baixa;
4. = 4 reavaliados pela Mauss Consultoria, sem placa de patrimônio, e que devem ser lançados no sistema.

AUDITORIA NOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO

A Mauss Treinamentos em Gestão realizou, o inventário físico geral do almoxarifado dos produtos em estoque no almoxarifado central municipal.

Nesta data, realiza a entrega dos relatórios onde constam os resultados do trabalho, sendo:

- * quantidades de itens corretos em cada produto estocado;
- as divergências ou diferenças de itens a serem corrigidas no software de controle dos estoques;
- controle dos itens faltantes ou que sobraram em relação a comparação física com a relação de itens emitida do sistema informatizado de controle municipal;
- nos relatórios entregues, constam as necessidades de acertos cadastrais dos bens, a serem realizadas no sistema;
- Como a empresa Mauss, não possui acesso ao sistema informatizado municipal, os relatórios são entregues na data de hoje, para que os servidores municipais realizem os devidos ajustes necessários, e apontados nos relatórios, no software de controle de estoques municipal, visando ajustar os controles internos à realidade física atual inventariada.

4.2.2 Irregularidades no inventário de bens e valores e nas conciliações bancárias

A prestação de contas anual enviada não contemplou informações exigidas pela Resolução TCE-RS nº 1.134/2020, art. 2º, IV, 'c' e "e":

c) cópia das atas de encerramento dos inventários de bens móveis, de bens de consumo e de valores, elaboradas por comissão formalmente designada, evidenciando a fidedignidade desses bens inventariados com os correspondentes registros contábeis, apontando as eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas;

A análise da Equipe de Auditoria identificou que a Ata de Inventário anexada na prestação de contas contemplou apenas os bens permanentes (peça nº 5032905). Não há menção sobre inventários de bens de consumo e valores (almoxarifado). Também não consta a manifestação sobre a fidegnidade dos bens inventariados com os correspondentes registros contábeis, informando eventuais diferenças e respectivas providências adotadas.

e) declaração do tesoureiro e do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização e regularidade das conciliações bancárias, contendo dados nos moldes do Anexo I da Resolução 1.134/2020.

A declaração sobre a realização de conciliações bancárias (peça 5032901) não contém as informações nos moldes do Anexo I da referida resolução.

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte dos Responsáveis.

Relatório auditoria operacional TCE/RS

1 RECEITAS

1.1 Receitas - Parte Geral

- 1.1.1 Irregularidades na Estrutura da Administração Tributária - Necessidade de Maior Eficiência no Trato das Receitas Municipais com o Objetivo de Impactar Positivamente na RCL e na Gestão Fiscal
- 1.1.2 Irregularidades na Estrutura da Administração Tributária - Deficiências de Quadro Funcional
- 1.1.3 Ausência de Recursos Prioritários à Administração Tributária
- 1.1.4 Ausência de Plano de Fiscalização

1.2 Receitas Tributárias - IPTU e ITBI

- 1.2.1 ITBI - Avaliação Fiscal Inadequada da Base de Cálculo
- 1.2.2 ITBI - Deficiências no Cadastro Imobiliário - Desvinculação da Secretaria de Finanças - Atividades de Caráter Permanente por Servidores Comissionados - Inconformidades no Lançamento de Créditos Tributários
- 1.2.3 IPTU - Desatualização da Planta de Valores
- 1.2.4 IPTU - Deficiências no Cadastro Imobiliário - Ausência do Registro de Edificações - Necessidade de Recadastramento Imobiliário
- 1.2.5 IPTU - Ausência de Legislação para Regulamentar Aplicação da Progressividade no Tempo Prevista no Plano Diretor Municipal
- 1.2.6 IPTU - Deficiências no Cadastro Imobiliário - Desvinculação da Secretaria de Finanças - Atividades de Caráter Permanente por Servidores Comissionados - Inconformidades no Lançamento de Créditos Tributários

1.3 Receitas Tributárias - ISS

- 1.3.1 Deficiências Estruturais que Impactam a Fiscalização do ISSQN Contribuindo para a Ineficiência do Controle Tributário e Evasão de Receitas.
- 1.3.2 Inconformidades na Gestão e Fiscalização do ISSQN e Indícios de Evasão de Receita em Segmentos da Prestação de Serviços

1.4 Outras Receitas

- 1.4.1 Atuação Deficiente do Município no Programa de Integração Tributária - PIT
- 1.4.2 Incongruências nas contabilizações das transferências Federais e estaduais
- 1.4.3 Ausência de Análise e Atuação Fiscalizatória Sobre as Informações Utilizadas na Definição do Valor Adicionado Fiscal - VAF - Impacto no Índice de Participação do Município sobre o ICMS
- 1.4.4 ITR - Ausência de Convênio para Lançamento, Cobrança e Fiscalização do Tributo

1.5 Dívida Ativa

- 1.5.1 Ausência de Normatização sobre os Procedimentos de gestão da Dívida Ativa - Deficiências Estruturais
- 1.5.2 Inexistência de Setor Específico e de Lotação de Servidores com Competência Tributária para Inscrição e Cobrança da Dívida Ativa - Deficiências Estruturais
- 1.5.3 Ausência de Controles sobre os Processos Judiciais em Execução e de Indicadores de Resultados na Cobrança da Dívida Ativa - Deficiências Estruturais
- 1.5.4 Ausência de Pronto Fornecimento de Certidões Atualizadas de Matrículas de Imóveis - Dificuldades à Procuradoria Municipal na Execução Processual para a Cobrança da Dívida Ativa
- 1.5.5 Parcelamento de Débitos Inscritos em Dívida Ativa - Negociações sem o Pagamento de Parcada Inicial - Baixo Percentual de Recuperação da Dívida Parcelada - Efeito Protelatório
- 1.5.6 Inadequada Contabilização da Dívida Ativa - Divergência de Posições entre as Fontes de Informações
- 1.5.7 Ausência de Constituição de Ajuste para Perdas no Recebimento de Créditos da Dívida Ativa 3

E o controle social? Auditoria social????



Mauss

Consultoria em Gestão

Sua confiança, nossa responsabilidade!



TRANSPARÊNCIA - SÍNDROME DO EFEITO PANÓPTICO - SENSAÇÃO CONTROLE SOCIAL

11112-0299/13-7
[PM DEADO]
CAMIONETE PARTICULAR AZUL PLACAS IHV9283 DE
PROPRIEDADE DE VOLMIR, SECRETÁRIO DE OBRAS
CARREGANDO TUDO NA SECRETÁRIA DE OBRAS DE ...NIO
...ADO. FOTO EM ANEXO.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SANTA CATARINA

Publicado para | [Destaque](#) | [Secundário](#) em 09 de março de 2018 08:54

Nos últimos quatro anos, a Rede Observatório Social do Brasil (OSB) cresceu 110%, estando presente em mais de 120 cidades de 19 Estados brasileiros, sendo 20% deles em Santa Catarina. **Contribuiu para uma economia superior a R\$ 2 bilhões aos cofres municipais, ampliou a média de empresas licitantes de 03 para 09 nas prefeituras onde se faz presente e congrega mais de 3.000 voluntários.**

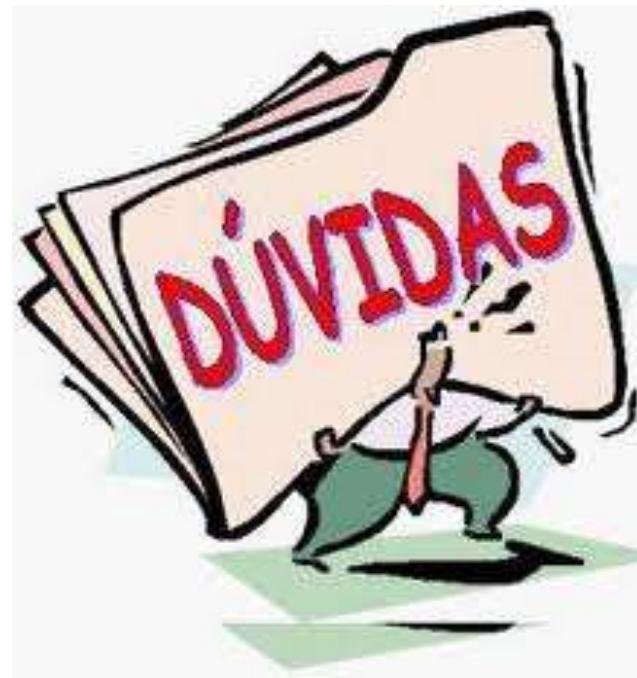
Destacamos ainda que o trabalho da Rede OSB vem ganhando notoriedade em razão dos excelentes resultados de economia aos cofres públicos municipais, de melhoria da eficiência da gestão pública e da prevenção à corrupção (vide [Revista Exame nº 1125](#)).

Assim, temos a satisfação de comunicar que, por meio da Unidade Administrativa do OSB no Estado, integrada por representantes dos Observatórios Sociais de Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Brusque, Itajaí, Imbituba, Rio do Sul, Lages e Chapecó, estamos instalando o **Observatório Social do Estado de Santa Catarina** que terá a incumbência de articular a Rede Catarinense de Observatórios nos municípios e atuar diretamente no controle social da aplicação dos recursos públicos pelos agentes estaduais dos poderes executivo e legislativo

Qual a função da contabilidade?

Gerar informações **ÚTEIS** para a tomada de decisão dos gestores?

Resguardar o patrimônio público?



Patrimônio? Bens e direitos e obrigações

Balanço do Setor Público Nacional 2023

Anexo II – Municípios com Inconsistências Relevantes (Não Consolidados)

UF	ENTE	Motivo da Exclusão
MG	Conceição das Pedras - MG	O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor total do ativo informado (Anexo I-AB) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): São João Nepomuceno - MG
		O valor total informado para despesas orçamentárias (Anexo I-D) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): São João Nepomuceno - MG
		O valor total informado para variações patrimoniais aumentativas (Anexo I-HI) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): São João Nepomuceno - MG
	Itaguara - MG	O valor total informado para variações patrimoniais diminutivas (Anexo I-HI) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): São João Nepomuceno - MG
		O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor total do ativo informado (Anexo I-AB) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Itaguara - MG
		O valor total informado para despesas orçamentárias (Anexo I-D) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Itaguara - MG
		O valor total informado para variações patrimoniais aumentativas (Anexo I-HI) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Itaguara - MG
	São João Nepomuceno - MG	O valor total informado para variações patrimoniais diminutivas (Anexo I-HI) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Itaguara - MG
		O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor total do ativo informado (Anexo I-AB) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Barão de Cotegipe - RS
		Há fortes indícios de que o valor total das despesas orçamentárias por natureza está incorreto (Anexo I-D).
		O valor total informado para despesas orçamentárias (Anexo I-D) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Ponte Preta - RS
RS	Barão de Cotegipe - RS	A quantidade de contas contábeis de ativo e passivo que foram informadas é muito baixa (Anexo I-AB).
		Há fortes indícios de que o valor total das despesas orçamentárias por natureza está incorreto (Anexo I-D).
		O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor das variações patrimoniais diminutivas está zerado (Anexo I-HI).
		O valor das variações patrimoniais aumentativas está zerado (Anexo I-HI).
	Ponte Preta - RS	O valor total informado para despesas orçamentárias (Anexo I-D) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Ponte Preta - RS
		Há fortes indícios de que o valor total do Ativo está incorreto (Anexo I-AB).
		A quantidade de contas contábeis de ativo e passivo que foram informadas é muito baixa (Anexo I-AB).
		Há fortes indícios de que o valor total das despesas orçamentárias por natureza está incorreto (Anexo I-D).
		O valor das receitas orçamentárias por natureza de receita está zerado (Anexo I-C).
		O valor das variações patrimoniais diminutivas está zerado (Anexo I-HI).
		O valor das variações patrimoniais aumentativas está zerado (Anexo I-HI).
		O valor total informado para despesas orçamentárias (Anexo I-D) é o mesmo informado na DCA do(s) seguinte(s) município(s): Barão de Cotegipe - RS

ERROS E FALHAS VERIFICADOS PELA STN

Verificação	Declaração	Finalidade	Pts 202	Pts 202	Pts 202	Pts 202	Pts 201
D1_00006,	RREO	Verifica se todos os RREOs do exercício analisado foram homologados no Siconfi dentro do	0,8333	0,5	0,83	0,67	0,3
D1_00009,	RGF	Verifica se todos os RGFs do poder legislativo do exercício analisado foram homologados no	0,3333	0,5	0,5	1	1
D1_00020,	MSC	Verifica a quantidade de Matrizes com contas cujo saldo inicial é diferente do saldo final da	0,1667	0,33	0,33	0,42	X
D1_00021,	MSC	Verifica a quantidade de matrizes com contas dos grupos 1111, 1121, 1125, 1231 e 1232 cujo	0,9231	0,54	0,92	X	X
D1_00025	MSC	Verifica a quantidade de matrizes com contas dos grupos 2111, 2112, 2113, 2114, 2121, 2122	0,9231	1	X	X	X
D1_00027	MSC	Verifica a quantidade matrizes com contas contábeis com informação complementar de atr	0,0769	0	X	X	X
D1_00030	MSC	Verifica a quantidade de MSC com contas dos grupos 6211, 6212, 6213 cujos registros não a	0,7692	1	X	X	X
D1_00031	MSC	Verifica a quantidade de MSC com contas dos grupos 62213 cujos registros não apresentam	0,3846	0,92	X	X	X
D1_00032	MSC	Verifica a quantidade de MSC com contas dos grupos 62213 cujos registros não apresentam	0,3846	0,92	X	X	X
D1_00034	MSC	Envio de MSC com contas de VPD com saldo invertido incorretamente	0,6667	X	X	X	X
D1_00036	MSC	Envio de MSC encerramento com saldo final zero nas contas VPA e VPD	0	X	X	X	X
D2_00012,	DCA	Verifica se o valor de deduções de receitas é superior ao valor das receitas orçamentárias. A	0	1	1	1	1
D2_00049,	MSC DCA	Verifica se o valor acumulado das despesas na MSC de encerramento é igual ao informado r	0	1	1	0	X
D2_00058	MSC	Verifica a igualdade entre os valores informados de Variação Patrimonial Aumentativa com	0	0	X	X	X
D2_00061	MSC	Verifica se foi informada Variação Patrimonial Aumentativa com o FUNDEB no Anexo I-HI d	0	0	X	X	X
D2_00072	MSC DCA	Compara, entre DCA X MSC de Encerramento, as Despesas Exceto Intraorçamentárias nas d	0	1	X	X	X
D2_00074	MSC DCA	Compara o saldo final de RPPP e RPNPP executados no exercício entre DCA X MSC de Encer	0	0	X	X	X
D3_00010,	RGF	Verifica a igualdade dos valores da RCL e da RCL ajustada entre o Demonstrativo da Despesa	0	0	0	0	0
D3_00017	RREO	Igualdade entre os Restos a Pagar (Processados e Não-Processados) Pagos no Exercício do A	0	X	X	X	X
D3_00024	MSC RREO	Igualdade das "Despesas Correntes Orçamentárias" e "Despesas Correntes Intraorçamentár	0	X	X	X	X
D3_00027	RREO	Verifica a igualdade entre Dotação atualizada, Despesas empenhadas até o bimestre, Despe	0	X	X	X	X
D4_00002,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores da execução da despesa entre o Quadro de Despesas Orçan	0	1	0	0	0
D4_00003,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores da execução da despesa por função, exceto intraorçamentár	0	1	0	0	0
D4_00005,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores dos restos a pagar processados e não processados do Quad	0	1	1	0	0
D4_00006,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores dos restos a pagar não processados na Execução dos Resto	0	1	1	0	1
D4_00007,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores dos restos a pagar processados na Execução dos Restos a P	0	1	1	1	0
D4_00012,	DCA RREO	Verifica a igualdade dos valores das receitas com transferências municipais (Cota-Parte do I	0	1	1	1	1
D4_00024,	MSC RREO	Verifica se o valor acumulado das receitas municipais com transferências (Cota-Parte do FPI	0	1	1	1	X
D4_00025,	MSC RREO	Verifica se o valor acumulado das despesas na MSC de dezembro é igual ao informado no A	0	1	1	1	X
D4_00032	MSC RREO	Compara, entre RREO X MSC de Dezembro, as Despesas Exceto Intraorçamentárias nas dem	0	1	X	X	X
D4_00034	MSC RREO	Compara o saldo final de RPPP e RPNPP executados no exercício entre o RREO - Anexo 07 x	0	0	X	X	X
D4_00038	MSC RREO	Igualdade nas receitas de Tributos (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) entre os Anexos VI RREO X MSC de	0	X	X	X	X

DADOS BRASIL	2024	%2024	2023	%2023
Municípios com nota A acima de 95% de acertos	547	10%	365	7%
Municípios Nota B, de 85% a 95% de acertos	2497	45%	2272	41%
Municípios Nota C, de 75% a 85%	1324	24%	1462	26%
Municípios Nota D, de 65% a 75%	517	9%	644	12%
Municípios Nota E, até 65% de acertos	683	12%	825	15%
Total de municípios no Ranking	5568	100%	5568	100%

Ranking Nacional Contábil

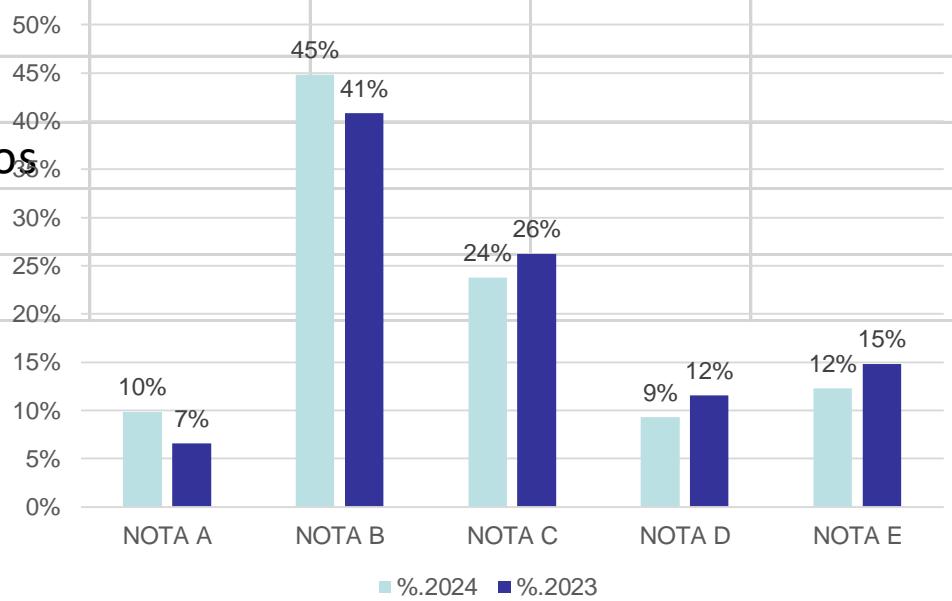
Em 2024:

11 municípios apresentaram nota ZERO

161 municípios acertaram até 20% dos quesitos

244 municípios acertaram até 30%

313 municípios acertaram até 40%



TCE/RS calcula custo aluno de POA

TCE/RS aponta que 9% dos alunos saem do ensino fundamental com conhecimento de matemática em Porto Alegre

Auditória mostra fragilidade da educação infantil na capital gaúcha, mesmo sendo a que mais investe na área no país. Recomendação é que secretaria municipal apresente um plano de ação.

E 25% dos estudantes da terceira série não sabem ler corretamente.

O relatório revela, por exemplo, que Palmas, no Tocantins, investiu R\$ 385 milhões a menos que Porto Alegre, mas alcançou resultados bem melhores entre estudantes da primeira a quinta série.

Em 2015, a Prefeitura de **Porto Alegre gastou R\$ 15.408 por aluno nas escolas** de ensino fundamental. É 35% a mais que a maior cidade do país, São Paulo, que aparece em segundo lugar nessa tabela.

Para o TCE, o problema é **o dinheiro não está garantindo qualidade**, e muitos alunos avançam, ano a ano, sem aprender o que deveriam.

Em 300 páginas do documento, os auditores tentam achar as respostas. Eles **relacionaram os gastos com o perfil dos professores e as notas dos estudantes**, nas provas que avaliam o desempenho deles, aplicadas pelo Ministério da Educação.

Descobriram, por exemplo, que o dinheiro que a prefeitura destina para educação só aumenta. **Em 2007, era de R\$ 190 milhões. Saltou para R\$ 530 milhões em 2015.** Quase tudo (98,57%) foi para a folha de pagamento.

Só que apenas 21% deste dinheiro chegou aos professores que estão com o aluno dentro da sala de aula. **É o pior índice entre as capitais brasileiras.**

Número excessivo de professores exercendo atividades alheias à docência. Sejam atividades na secretaria municipal, atividades administrativas na escola ou na biblioteca.

Hoje os professores estáveis não são avaliados, não têm uma avaliação periódica de desempenho e não têm nenhum motivo para que se mantenham motivado no trabalho.

DICA DO DIA

**Antes de iniciar um projeto,
verifique se há recursos.**



Exercício	Restos a Pagar			Insuficiência Financeira			
	Valor (R\$) (1)	Relativo Base Fixa ⁽²⁾	Evolução Anual (%)	Valor* (R\$)	Relativo Base Fixa ⁽²⁾	Evolução Anual (%)	Relativo à RCL ⁽³⁾
2018	6.347.609,65	100		2.936.225,49	100		5,41%
2019	6.898.763,46	108,68	8,68	5.436.261,34	185,14	85,14	9,01%
2020	5.798.042,78	91,34	-15,96	4.316.986,19	147,03	-20,59	6,88%
2021	7.054.098,23	111,13	21,66	5.737.997,45	195,42	32,92	8,63%
2022	4.858.810,50	76,55	-31,12	4.723.159,62	160,86	-17,69	6,88%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

(2) Base fixa: exercício de 2018.

(3) RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.

A partir dos dados demonstrados nos quadros anteriores, observa-se que, com a existência de **insuficiência financeira** nos recursos vinculados detalhados no quadro de Restos a Pagar com Insuficiência Financeira, no montante de R\$ 4.723.159,62, ao final do exercício de 2022, resta evidenciado que foram contraídas obrigações financeiras sem a suficiente disponibilidade de caixa, **não atendendo** ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

5.3.2 Despesas com terceirização não computadas como despesa com pessoal

Em análise às despesas com pessoal relativas ao exercício de 2022, foram verificadas situações **que caracterizam terceirização** de serviços mediante substituição de mão de obra.

Entretanto, as despesas relativas a esta contratação não foram classificadas de acordo com a prescrição contida na LRF que determina sua contabilização como "Outras Despesas de Pessoal, rubrica 319034010000000".

Credor: P..... LTDA

Contrato: 161/2016 (peça 5237668)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços na área da saúde para o Posto 24 Horas Unidade de Saúde Sueli Santos Souza e as especialidades de Pediatria e Psiquiatria nas Estratégias de Saúde da Família, com responsabilidade técnica, tudo conforme anexo I constante do Edital correspondente.

Valor Liquidado: 2.581.861,45 (peça 5237669)

Oportuno referir que caso estas despesas tivessem sido classificadas como despesas com pessoal, o índice apurado seria majorado e passaria de 50,78% para **54,54% da Receita Corrente Líquida**

CASO PRÁTICO DA AUDITORIA NO MUNICÍPIO DE SMS/RS

SLIDES UTILIZADOS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Foram analisados todos os movimentos e os lançamentos contábeis (débito e crédito), extrato bancário (entradas e saídas) dos dez anos do período de 01/01/2011 até 31/12/2020.

121 contas correntes auditadas

Aproximadamente 1000 cheques emitidos do Banco do Brasil e Banrisul, microfilmados, revisados.

- No dia 20/11/2018 houve uma transferência, na conta banco, para a conta de OCS no valor de R\$1.295,82 onde foi registrado no contábil como sendo um pagamento para o fornecedor AIR LIQUIDE BRASIL. Abaixo segue print dos comprovantes bancários e do razão contábil.

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote Histórico	Documento	Valor R\$
10/10/2018		0000	00000 000 Saldo Anterior		
20/11/2018	20/11/2018	0000	99015 470 Transferência enviada	550.126.000.085.809	1.295,82 D

20/11/2018 - BANCO DO BRASIL - 09:42:43
 012600126 SEGUNDA VIA 0004
 COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
 DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE
 CLIENTE: PM [REDACTED] - CIDE
 AGENCIA: 012 CONTA: 28.888-8
 DATA DA TRANSFERENCIA 20/11/2018
 NR. DOCUMENTO 550.126.000.085.809
 VALOR TOTAL 1.295,82
 ***** TRANSFERIDO PARA:
 CLIENTE: [REDACTED] A: 85.809-9
 AGENCIA: [REDACTED] A: 550.126.000.028.888
 NR. DOCUMENTO
 NR. AUTENTICACAO 8.F40.F46.7BC.D8E.AC5

Transação efetuada com sucesso por: J2902878 GILSON DE ALMEIDA.

20/11/2018

Credor: 4075 - AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	0,00	1.295,82
Pagamento do(a) O.P. 1386 OB 2276.		1.295,82
Total do dia:	0,00	1.295,82



Mauss

Consultoria em Gestão

Sua confiança, nossa responsabilidade!



Cliente - Conta atual

Agência 126-0
Conta corrente 5407-0 PM S
Período do extrato 02 / 2019

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
21/01/2019		0000	00000 000 Saldo Anterior		0,00 C	
07/02/2019		0126	99015 470 Transferência enviada	550.126.000.085.809	1.900,00 D	
			07/02 0126 85809-9 O			
07/02/2019		0000	00000 855 BB CP Admin Supremo	70	1.900,00 C	0,00 C
08/02/2019		0000	14011 850 COTA DAF - CREDITO	350	3.947,17 C	
08/02/2019		0000	13011 350 COTA DAF-DEBITO	850	31,57 D	
08/02/2019		0000	13011 350 COTA DAF-DEBITO	850	789,43 D	
08/02/2019		0000	00000 345 BB CP Admin Supremo	70	3.126,17 D	0,00 C
11/02/2019		0126	99015 470 Transferência enviada	550.126.000.085.809	1.170,31 D	
			11/02 0126 85809-9 O			
11/02/2019		0000	00000 855 BB CP Admin Supremo	70	1.170,31 C	0,00 C
28/02/2019		0000	14011 850 COTA DAF - CREDITO	350	6.294,59 C	
28/02/2019		0126	99015 470 Transferência enviada	550.126.000.085.809	1.052,00 D	
			28/02 0126 85809-9 O			

2.4 Banco do Brasil 283143-0 CECPI

- No dia 07/01/2019 houve uma transferência para a conta de **OCS** no valor de R\$1.350,00 onde foi registrado no contábil no dia 27/01/2019 como sendo um pagamento para o fornecedor PAMPEIRO LTDA.
 - Abaixo segue print dos comprovantes bancários e do razão contábil.
- PRINT DO EXTRATO BANCÁRIO E COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA

07/01/2019	0126	99015 470 Transferência enviada	550.126.000.085.809	1.350,00 D
		07/01 0126 85809-9 C		

- PRINT DO RAZÃO CONTÁBIL

27/01/2019	Credor: 2709 - PAMPEIRO	0,00	1.350,00
	Pagamento do(a) resto a pagar 908 OB 167 Doc		1.350,00



Mauss

Consultoria em Gestão

Sua confiança, nossa responsabilidade!

TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL

CLIENTE: PM S [REDACTED]

AGENCIA: 0126 [REDACTED] - 8

=====

FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA

REMETENTE : PM [REDACTED]

BANCO: 041 - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SU

AGENCIA: 1111-8 - S [REDACTED]

CONTA: 358.579.170-0

FAVORECIDO: O [REDACTED]

CPF/CNPJ: 819 [REDACTED]

VALOR: R\$

979,81

DEBITO EM: 12/07/2018

=====

DOCUMENTO: 071201

AUTENTICACAO SISBB:

F.A58.2E0.E07.D99.107

SOMATÓRIO DOS DESVIOS POR CONTA CORRENTE

	Totais por conta
BANCO DO BRASIL 27695-2 PM SS-QSE	500,8
CONTA 28440 BB PNATE	1.295,82
CONTA 58188-7 CUSTEIO ATENÇÃO BÁSICA	2.514,23
BANRISUL 04.097267.0-8 RETENCAO INSS EMPRESA	13.493,08
CONTA 4809-7 FEP	16.736,84
BANRISUL 04.097268.0-5 RETENCAO INSS AUTONOMO	20.661,04
BANRISUL 04.076441.0-0 SECRETARIA DA EDUCACAO	25.608,99
CONTA 283.143-0 BB CECPI	26.140,68
BANRISUL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 04.087228.0-6	30.729,22
CONTA 42920-1 SIMPLES NACIONAL	32.090,58
BANRISUL 04.098418.0-9 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	38.303,83
CONTA 5407-0 BB ITR	40.470,75
BANRISUL 04.052721.0-9 PMSMS CONTA MOVIMENTO	85.932,68
BANRISUL 04.097767.0-5 PMSMS CTA TRANS FL PGTO	118.255,99
FPM 4.770-8	170.828,66
TOTAL POR CONTA CORRENTE	623.563,19

Quando o balanço não bate mas existe uma conta chamada Ajustes:



Clube Contábil

Muito obrigado

cezarvolnei@yahoo.com.br

Facebook: cezar volnei mauss
Instagram: cezarvolnei

www.maussconsultoria.com.br

54-99986-2679